



ABIN

PÓS-PROVA

Acabe logo com a ansiedade!

PROVA ABIN – OFICIAL DE INTELIGÊNCIA

QUESTÕES DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Prof. Ivan Lucas

Questão 28 - Caso perceba irregularidades nas atitudes do sócio administrador da empresa, o Ministério Público poderá prorrogar por mais sessenta dias o prazo que vier a estabelecer para a comissão concluir o processo administrativo, fundamentando seu ato, por exemplo, na necessidade de busca e apreensão de documentos que se encontrem na residência do referido sócio, bem como de novas entrevistas e do processamento dessas informações.

Fundamentação de recurso: O item era para ser julgado à luz da Lei n.º 12.846/2013. Não há na referida norma disposição expressa acerca do afirmado na questão, motivo pelo qual não é possível considerar correta a assertiva. O artigo 10 do diploma trata da duração do processo administrativo (máximo 180 dias), permitindo a autoridade instauradora a sua instauração, sem definir sequer o prazo desta. Requer a alteração do gabarito para errado, ou sua anulação.

Questão 31 - A inexistência do motivo no ato administrativo vinculado configura vício insanável, devido ao fato de, nesse caso, o interesse público determinar a indicação de finalidade.

Fundamentação de recurso: O item deve ser anulado pois encontra-se mal formulado. Inegável que a inexistência de motivo é vício insanável do ato, porém a parte final do item é confusa, pois justifica a premissa inicial com base em uma afirmação que não encontra consonância na doutrina ou jurisprudência.

Ivan Lucas



Pós-graduando em Direito de Estado pela Universidade Católica de Brasília, Ivan Lucas leciona Lei 8.112/90, Direito Administrativo e Direito do Trabalho no Gran Cursos Online. Ex-servidor do Superior Tribunal de Justiça, o professor atualmente é analista do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, exercendo a função de assistente de juiz.

[Gran Cursos Online](https://www.grancursosonline.com.br)